

COMUNISMO E SOCIAL - DEMOCRACIA

FERNANDO CLAUDÍN

Estamos presenciando o fim de uma época histórica, iniciada com a revolução bolchevique e a cisão de 1919, na qual comunismo e social-democracia se enfrentaram permanentemente, inclusive durante os breves períodos de certa colaboração.

O principal haver do movimento comunista foi a criação de um novo sistema social, ao qual seus dirigentes e teóricos chamaram de socialismo. Limitado, no princípio, ao espaço euro-asiático do antigo império czarista, converteu-se depois de 1945 num sistema mundial, mediante revoluções autóctones em países atrasados ou, no caso europeu, mediante a exportação do modelo soviético com o amparo da presença militar do Kremlin.

Por sua parte, a social-democracia — que já era um importante fator político e ideológico antes da guerra de 14 — afirmou-se como a força amplamente majoritária do movimento operário europeu. Depois da Segunda Guerra Mundial, ampliou sua presença a outros continentes. Foi o máximo artífice das reformas sociais e dos avanços da democracia, assim como do aumento do poder real, político e social das classes trabalhadoras dentro do sistema capitalista (sem que esta valorização signifique negar a contribuição de outros grupos políticos).

O desmoronamento do sistema social criado pelo comunismo, acompanhado da crise irreversível dos partidos comunistas ocidentais, marca o fim dessa etapa histórica. A social-democracia fica como a única força importante portadora dos ideais socialistas. Aqueles movimentos reformadores do Leste, que tentam preservar um futuro socialista para seus países, voltam seus olhos à social-democracia. O mesmo fazem os poucos partidos comunistas do Ocidente que conservam alguma relevância política.

Esta constatação não deveria conduzir a nenhum triunfalismo nas fileiras da social-democracia, que possui seus próprios problemas de renovação ideológica e adaptação política a um mundo em vertiginosa transformação. Mas qualquer interpretação que situa no mesmo plano, como fenômenos simétricos e equiparáveis, o desmoronamento da experiência comunista e os problemas de crescimento da social-democracia, colocar-se-ia de costas aos principais ensinamentos da época histórica que agora se conclui.

Uma tendência a este tipo de "simetria" manifesta-se todavia em alguns responsáveis do PCUS. Inclusive qualificam de "enfoque agressivo" o que desde a social-democracia se chama de "fracasso do comunismo"¹. Mas esta atitude ideológica, mais própria dos setores conservadores soviéticos que freiam a reforma, contrasta com a radical revisão histó-

rica empreendida pelos mais caracterizados intelectuais da *perestroika*.

Também nas fileiras da esquerda ocidental encontramos juízos que, sem serem assimiláveis à tendência mais acima indicada, parecem considerar impropriedade as avaliações comparativas sobre os méritos e deméritos da social-democracia e do comunismo. Os acontecimentos do Leste — li recentemente numa das muitas análises dedicadas a este tema — "não devem ser interpretados de maneira simplista como a demonstração *a posteriori* da razão de uns e do erro de outros". No mesmo texto, depois de anunciar uma evidência — que a revolução de 1917 "não se pode explicar como um erro" — afirmava-se algo surpreendente: "na história não há erros, mas fatos".

Sem dúvida, o simplismo não é um bom método de análise. Mas será que se pode desqualificar como "simplista" a conclusão de que, em termos globais — não em tal ou qual episódio concreto — a grande experiência histórica que agora se conclui demonstrou que as orientações básicas da social-democracia respondia melhor aos ideais socialistas de liberdade, democracia e justiça social, do que a trajetória ideológica e política do comunismo?

FATOS E ERROS

Quanto à afirmação de que "na história não há erros, mas fatos", se com isso se quer dizer que os erros também são fatos, não há nada a objetar, salvo que a expressão não parece afortunada, porque induz a pensar que na análise dos fatos históricos não é necessário levar em consideração, entre outros fatores, os erros ou acertos dos agentes huma-

Fernando Claudín — falecido recentemente — dirigente revolucionário, membro do Partido Comunista Espanhol desde 1932 e de sua direção a partir de 1937, foi expulso deste partido em 1965, juntamente com Jorge Semprún, por defender concepções renovadoras. Tem várias obras publicadas, entre as quais: *A Crise do Movimento Comunista Internacional*; *Marx, Engels e a revolução de 1848*; *Eurocomunismo e Socialismo*; *A oposição no "Socialismo Real"*. Este artigo foi publicado na revista *O Socialismo do Futuro* (vol. I, nº 1, Madri, 1990). Traduzido por Eduardo Rocha.

nos que contribuem para criá-los. Se estudamos as trajetórias do comunismo e da social-democracia, pode-se prescindir dos critérios de erro e de acerto ao analisar o comportamento dos protagonistas? Ou se deve pensar que em cada momento obedecia fatalmente a "condições objetivas", que não lhes deixavam outra opção se não aquela que tomaram?

Outra coisa é o bom curso metodológico de tais critérios. Só podem aplicar-se legitimamente em função dos próprios objetivos que os atores perseguem, não dos objetivos por outros buscados. Trata-se de saber se, dentro de determinadas condições objetivas — que também são matéria de interpretação — os sujeitos da ação, individuais ou coletivos, optaram pelos meios que os conduziam ao fim perseguido, ou se equivocaram nesta escolha.

Os dirigentes da revolução de Outubro se propunham sinceramente — pelo menos é minha opinião — criar uma sociedade superior à da capitalista, não o sistema do gulag, de ditadura burocrática e de ineficácia econômica, que hoje se desmorona.

Os dirigentes da revolução de Outubro se propunham sinceramente — pelo menos é minha opinião — criar uma sociedade superior à da capitalista, não o sistema do *gulag*, de ditadura burocrática e de ineficácia econômica, que hoje se desmorona. O critério do erro pode aplicar-se-lhes quando recorreram a uma ideologia, uns métodos políticos, um programa, que lhes conduzam a resultados diametralmente opostos aos que se propunham. Seu drama não era o primeiro nem seria o último. Como dizia Hegel — e Marx gostava de repetir — o mais freqüente na história foi os indivíduos ou grupos sociais se propuseram a uma coisa e obtiveram outra, às vezes diametralmente oposta à que perseguiram.

À revolução de 1917, iniciada com o desmoronamento do czarismo, não se pode aplicar, evidentemente, o conceito de "erro", porque ninguém a planejou. Foi o produto "natural" de diversas contradições objetivas e de múltiplas ações subjetivas, como sucedem, ademais, com qualquer processo histórico ou resultante do mesmo. Os erros ou acertos se situam *dentro* dessa revolução (ou processo), nas atuações dos diversos agentes políticos ou sociais, segundo os objetivos que perseguiram. Os mencheviques e social-revolucionários, cujo objetivo era assegurar o caráter democrático da revolução, cometeram erros na continuação desse objetivo — amplamente analisados pelos historiadores — que facilitaram o golpe bolchevique de Outubro. Lênin e seu partido aproveitaram tais erros e uma situação caótica para conquistar o poder, restabelecer a ordem e aplicar seu programa. Seu erro, como já falamos, consistiu na *crença* de que esse programa — estatização total da economia, abolição do mercado, ditadura absoluta do partido etc. — condu-

ziria a uma sociedade mais justa e mais livre. Foi uma opção ideológica, não um produto automático de determinadas "condições objetivas". Além do mais, o extraordinário do caso é que se abriu passagem contra condições objetivas extremamente desfavoráveis. Outros atores, incluídos destacados bolcheviques, interpretaram de maneira diferente as famosas "condições objetivas" e preconizaram soluções distintas das de Lênin. Nunca saberemos o que aconteceria se suas posições ou as dos social-revolucionários e mencheviques tivessem prevalecido. Agora os historiadores fariam de seus erros ou acertos em função dos objetivos que perseguiram e dos resultados obtidos.

No apaixonante "debate histórico" que atualmente tem lugar na União Soviética, a indagação dos erros cometidos em um ou outro momento ocupa um lugar central, desterrando a visão determinista e mecanicista da história, própria do marxismo-leninismo. Tinham razão os opositores de Lênin, na direção bolchevique, quando sustentavam que as condições internacionais e internas não eram favoráveis a uma "revolução socialista" na Rússia? Foi um erro a negativa de Lênin para chegar a um compromisso com os outros partidos socialistas e a formar com eles um governo de coalizão, imediatamente depois do golpe de Outubro? O caminho errôneo começou com a dissolução da Assembléia Constituinte? Lênin equivocou-se ao liquidar definitivamente mencheviques e social-revolucionários e consagrar o monopólio comunista do poder, ao mesmo tempo que tinha o acerto de instaurar a NEP? O erro fatal e decisivo esteve no apoio do grupo dirigente à linha de Stálin frente à de Bukarin? E assim sucessivamente, até a *perestroika*? Ultimamente, presenciamos o reconhecimento em seqüência de erros: manutenção, quando já era evidente sua ineficácia, do mecanismo planificador administrativo; opção de alcançar e superar militarmente aos Estados Unidos; invasão da Hungria, invasão da Checoslováquia, invasão do Afeganistão etc. Um vertiginoso reconhecimento de erros, que estão longe de terminar. Evidentemente, não foram erros casuais. Cada um foi determinado por fatores ideológicos, políticos, internos e externos, traços pessoais, ou simplesmente por incapacidade.

A análise crítica da história da social-democracia nos mostraria também um nutrido repertório de erros, mas não conduziu ao desmoronamento da social-democracia. E a razão teria que ser buscada não só em que suas concepções ideológicas e políticas se revelaram mais apropriadas aos objetivos que perseguia — a melhora social das classes trabalhadoras através da reforma e não da ruptura revolucionária: o avanço da liberdade e da democracia —, mas também porque o funcionamento democrático da organização e o estar submetida à sanção democrática da sociedade facilitava a correção dos erros.

O NOME E A COISA

Se nos atemos à realidade e não ao discurso ideológico, nenhuma das duas tendências criou uma sociedade socialista.

Se nos atemos à realidade e não ao discurso ideológico, nenhuma das duas tendências criou uma sociedade socialista. A luta política e sindical da social-democracia contribuiu decisivamente para importantes mudanças no capitalismo, mas não superou ainda algumas de suas estruturas básicas, e está por ver quais delas correspondem a necessidades inelutáveis do progresso histórico numa perspectiva previsível e quais constituem um obstáculo anacrônico que deverá ser eliminado. Quanto ao comunismo, hoje deveria estar claro, inclusive para os mais obstinados em aferrar-se a velhos clichês, tampouco criou uma sociedade socialista, a não ser que se confunda o nome com a coisa.

O debate sobre a verdadeira natureza do sistema soviético se iniciou entre os marxistas desde o primeiro momento, mas não teve ampla ressonância até depois da morte de Stálin. Então veio abaixo o principal argumento dos que, inclusive desde posições críticas, continuavam defendendo o caráter socialista do sistema: a suposta existência da propriedade social dos meios de produção. As revelações dos sucessores de Stálin confirmaram que, na realidade, quem monopolizava esses meios, como qualquer outra esfera na vida econômica, política e social, era uma nova classe ou elite dominante, constituída pela alta burocracia do partido-Estado. A partir dessa constatação, debateram-se diversas hipóteses sobre a natureza de tal sistema social. Alguns teóricos marxistas o definiram como um capitalismo de Estado, mas foi prevalecendo a tese de que se estava diante de um sistema inédito, que não era nem capitalista nem socialista³.

Durante muito tempo se pensou na esquerda ocidental que ao menos esse sistema havia resolvido o problema da igualdade, ainda que fosse ao preço da liberdade. Na realidade, havia criado uma espécie de igualdade por baixo, na penúria, sobre o que se elevava a pirâmide de privilégios da nova classe dominante. Contra esse igualitarismo para os oprimidos luta agora a *perestroika*. Além de ser a outra face dos privilégios, representava um poderoso fator de ineficiência econômica e de desmoralização da sociedade.

Se se quer encontrar um modelo teórico a este sistema social, nada mais adequado que o "comunismo de caserna" evocado por Marx. A estatização total da economia implicou a arregimentação de toda a vida política, social e cultural, a anulação da personalidade e, finalmente, a irracionalidade do mecanismo de produção e distribuição. Para instaurar este sistema, primeiro na União Soviética e depois em outros países, foi necessário recorrer ao terror contra a sociedade. Pode-se estranhar que ao abrir a caixa de Pandora de semelhante "socialismo", Gorbatchov tenha provocado o terremoto que estamos presenciando?

DO "TRONCO COMUM" AO ENFRENTAMENTO

Como explicar que o comunismo e a social-democracia, partindo de um tronco doutrinário e político comum, tenham seguido caminhos tão divergentes? Na realidade, o programa que Lênin aplicou era muito similar ao "programa máximo" dos partidos social-democratas daquela época. Também havia em comum a desconfiança, quando não hostilidade, à

"democracia burguesa", pese que esta democracia era, em grande medida, uma conquista das lutas operárias. Se valorizava "instrumentalmente", como um regime que facilitava o avanço para a grande ruptura, o derrocamento do capitalismo e a instauração da ditadura do proletariado. Este enfoque predominava amplamente nos partidos da II Internacional, ainda que houvesse teóricos, políticos e dirigentes sindicais que começavam a ter outra concepção.

Vendo com a perspectiva atual a evolução do enfrentamento entre comunismo e social-democracia, poderíamos constatar que a divergência crescente entre ambas se produz, principalmente, em torno do problema da democracia.

Vendo com a perspectiva atual a evolução do enfrentamento entre comunismo e social-democracia, poderíamos constatar que a divergência crescente entre ambas se produz, principalmente, em torno do problema da democracia. Na doutrina e na prática do comunismo há uma radicalização dos elementos antidemocráticos que já existiam no "tronco comum", refletindo-se tanto na concepção do partido como do socialismo. Paralelamente, na social-democracia vai se produzindo o fenômeno inverso: há uma valorização crescente da democracia na teoria e na prática política, ainda que a fórmula de "democracia burguesa" continue pertencendo à linguagem social-democrata durante algumas décadas.

A explicação deste processo divergente exigiria referir-se, por um lado, à influência no marxismo de Lênin, "das condições russas": regime autoritário, carência de tradições liberais, influência do populismo revolucionário na configuração do bolchevismo. (Três idéias-chave de Lênin — possibilidade da revolução socialista na Rússia atrasada, papel revolucionário do campesinato nesse tipo de revolução e concepção do partido como organização de revolucionários profissionais, de "novos homens" — estavam presentes já no populismo revolucionário do século XIX). E, por outro lado, teria que se referir às "condições européias", às tradições liberais e de luta pela democracia representativa, em que se desenvolvem os partidos social-democratas europeus. As reações de Rosa Luxemburgo, representante da ala esquerda da social-democracia, contra a concepção antidemocrática que Lênin tinha do partido, ou contra a dissolução da Assembleia Constituinte, são bem ilustrativas dessas distintas tradições culturais.

Quando as "condições russas" cruzam as "condições soviéticas", a radicalização antidemocrática não podia pelo menos acentuar-se ao máximo. Impor ao país esmagadoramente camponês um projeto "socialista" não podia ser conseguido senão mediante uma ditadura total. Quando Lênin compreendeu e reconheceu explicitamente, no final de sua vida, que o caminho empreendido era errôneo, pelo

menos no sentido estratégico, abriu-se a possibilidade de mudança. Porém, no novo grupo dirigente predominou a fração mais antidemocrática e antiocidental, encabeçada por Stálin, que liquidou a abertura iniciada por Lênin. A fobia antidemocrática se apoderou de toda a Internacional Comunista. A social-democracia foi qualificada de "social-fascismo" e passou a ser o "inimigo principal". Começaram os anos do terror staliniano e da organização das estruturas básicas do sistema, que no fundamental permaneceu até a *perestroika*, pese a tentativa reformista de Kruschov.

A viragem para o antifascismo e a defesa da democracia — que chegava tarde, quando Hitler já havia conquistado o poder — criou melhores condições para uma aproximação entre comunismo e social-democracia, mas esta aproximação tropeçava em duas barreiras insuperáveis. Em primeiro lugar, enquanto os partidos comunistas ocidentais acolhiam favoravelmente a nova orientação, o partido comunista soviético — o "partido-guia" — levava ao paroxismo os traços totalitários e terroristas de sua ditadura; em segundo lugar, a doutrina da Internacional Comunista continuava vendo a democracia como uma etapa para a "ditadura do proletariado".

O pacto Hitler-Stálin encerrou dramaticamente, por dois anos, esta fase antifascista. Como colocam agora historiadores soviéticos, o pacto não se explica só por razões "estratégicas", nem ainda incluindo nelas o protocolo secreto pelo qual ambos ditadores repartiam as "zonas de influência" no Leste europeu. A hostilidade e o menosprezo à democracia, próprios do marxismo-leninismo e profundamente arraigados em Stálin, desempenharam um importante papel. É sabido que Stálin tentou chegar a uma divisão duradoura do mundo entre os dois ditadores, mas Hitler o traiu.

A invasão da União Soviética e a formação da Grande Aliança abriu um novo período de antifascismo. Em defesa de sua independência, o Estado e os povos da URSS desempenharam um papel decisivo na derrota de Hitler e, por conseguinte, na salvação da democracia; mas a glória da vitória serviu para apoiar ainda mais a ditadura autoritária. Os povos soviéticos seguiram excluídos da democracia, e com eles os da Europa Central, submetidos à dominação do Kremlin.

A DEMOCRACIA, MÁXIMA CONQUISTA DO SÉCULO XX

Os ensinamentos das duas guerras mundiais e do período entre ambas, a experiência do stalinismo e do fascismo, tornaram os povos livres da Europa mais conscientes do valor da democracia e da necessidade de unir-se para garanti-la e defendê-la. A social-democracia foi um dos máximos protagonistas desta evolução. De sua ideologia e de sua prática política foi desaparecendo o conceito restritivo de "democracia burguesa". A democracia sem qualificativos passou a ser um valor em si mesmo, uma condição necessária, ainda que não suficiente, de todo o progresso social.

Os partidos comunistas ocidentais experimentaram também a influência desta evolução, mas o cordão umbelical que os unia à ditadura soviética, sua adscrição ao marxismo-leninismo e sua legitimação histórica no Outubro bolchevique, representavam barreiras irrecuperáveis para uma autêntica reconversão democrática. Foi aumentando sua mar-

ginalização dentro de sociedades cada vez mais democráticas. Inclusive os partidos que avançaram mais na tentativa de renovação — o Partido Comunista Italiano foi o caso paradigmático — marcharam com atraso em relação ao tempo. Até que se viram surpreendidos e atordoados pela derrocada do sistema em que haviam nascido, o que durante décadas tinha sido sua inspiração, seu modelo.

Não se pode permanecer insensível ao drama de sucessivas gerações de comunistas que viveram e lutaram pelo socialismo, que o acreditavam realizado no sistema soviético, e, num momento ou outro, descobriram a trágica realidade. Mas o pior que poderia ocorrer é virar as costas aos ensinamentos desta dramática história.

Não se pode permanecer insensível ao drama de sucessivas gerações de comunistas que viveram e lutaram pelo socialismo, que o acreditavam realizado no sistema soviético, e, num momento ou outro, descobriram a trágica realidade. Mas o pior que poderia ocorrer é virar as costas aos ensinamentos desta dramática história.

A queda do sistema que durante mais de setenta anos aparecia como a encarnação do socialismo representa um duro golpe à própria idéia do socialismo. Antes de tudo nos povos que experimentaram esse sistema em sua própria carne, mas também nas sociedades ocidentais. Daí a grande responsabilidade da social-democracia. No princípio dizíamos que, depois do naufrágio comunista, a social-democracia fica como a grande portadora dos ideais socialista mas sempre que não entendamos estes ideais num sentido abstrato e utópico. O que agora se funda é, precisamente, "a utopia no poder", título dado por dois historiadores soviéticos exilados em sua versão da história da URSS⁴.

Para mim, o socialismo não é mais que o movimento real que transforma a sociedade existente, num sentido de maior liberdade e justiça social. A reflexão teórica poderá prever, e a política prática impulsionar, o desenvolvimento desse movimento, mas não inventar um esquema ideal que a sociedade deva acatar. Chegará possivelmente um dia quando os contemporâneos entendam que sua sociedade se diferencia radicalmente daquela que em outros tempos se chamava capitalista. Por hora, a grande conquista ideológica e política do século XX, que se projeta sobre o XXI, é a afirmação e desenvolvimento da democracia, que partindo da Europa tende a universalizar-se, avançar continentes e, neste momento, derruba os muros que impediam sua extensão ao mundo soviético.

NOTAS

1. Karen Brutents, "El PCUS y la socialdemocracia". *El país*, 4 de setembro de 1989. (O autor é chefe do Departamento Internacional do Comitê Central do PCUS).
2. Jordi Solé Tura, "Socialismo y Comunismo". *El país*, 23 de outubro de 1989.
3. Esta segunda tese é a que sustentei em meu livro *A crise do movimento comunista* (1970) e em outros escritos daqueles anos.
4. Michel Heller e Aleksandr Necrich. *L'utopie au pouvoir. Histoire de l'URSS de 1917 à nos jours*.